

**A Cultura da Cultura: O Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro/Amazônia/Brasil**

**The Culture of Culture: The Traditional Agricultural System of the Rio  
Negro/Amazon/Brazil**

**La Cultura de la Cultura: El Sistema Agrícola Tradicional del Río  
Negro/Amazonas/Brasil**

Leandro Gomes<sup>1</sup>, Mauro Augusto Dourado de Menezes<sup>2</sup>, Jorge Edson da Costa Garcia<sup>3</sup>, Arisa Araujo da Luz<sup>4</sup>, Fernanda Savicki<sup>5</sup>, Marina Tauil Bernado<sup>6</sup>.

DOI: <https://10.52719/bjas.v5i1.5749>

**RESUMO**

Neste artigo são apresentados, através de experiências práticas e elementos teóricos, composições que permeiam a cultura, no sentido de práticas culturais do cultivar indígena, mais especificamente do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro (SAT- RN), no estado do Amazonas. O SAT- RN foi reconhecido Patrimônio Cultural Nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 2010, que abrangem os municípios de Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro, São Gabriel da Cachoeira, compreendendo o universo cotidianos de aproximadamente 80 mil pessoas que integram 23 etnias indígenas, e suas 19 línguas. Através de elementos históricos de formação e reconhecimento do SAT-RN, busca-se ressaltar como essas práticas socioambientais de cultivo podem ser notórias alternativas, a conjugar o passado no presente, para quiçá construir um futuro, a (re)construir paradigmas, bem como destacar as demandas e nuances na manutenção da cultura da cultura para o fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional e Agroecologia. Assim, através das

---

<sup>1</sup>Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS. E-mail: leandroegomes@gmail.com.

<sup>2</sup>Universidade Federal do Amazonas – UFAM. E-mail: mauroadourado@gmail.com.

<sup>3</sup>Universidade Federal do Amazonas – UFAM. E-mail: jorge.edson@ymail.com.

<sup>4</sup>Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS. E-mail: arisa-luz@uergs.edu.br.

<sup>5</sup>Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz. E-mail: fersavicki@gmail.com.

<sup>6</sup>Universidade Federal do Paraná – UFPR. E-mail: marina.atb@gmail.com.

pesquisas bibliográfica e documental, busca-se apresentar parte desse universo complexo do SAT-RN.

**Palavras-chave:** Segurança Alimentar e Nutricional. Agroecologia. Políticas Públicas. Práticas Culturais. Amazônia/Brasil.

### ABSTRACT

In this article, compositions that permeate culture, in the sense of cultural practices of indigenous cultivation, more specifically of the Traditional Agricultural System of Rio Negro (SAT-RN) in the state of Amazonas, are presented through practical experiments and theoretical elements. The SAT-RN was recognized as a National Cultural Heritage by the National Institute of Historic and Artistic Heritage (IPHAN) in 2010, covering the municipalities of Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro, São Gabriel da Cachoeira, encompassing the daily universe of approximately 80,000 people who are part of 23 indigenous ethnicities and their 19 languages. Through historical elements of formation and recognition of the SAT-RN, it seeks to emphasize how these socio-environmental cultivation practices can be notable alternatives, to combine the past in the present, to perhaps build a future, to (re)construct paradigms, as well as to highlight the demands and nuances in maintaining the culture of culture for the strengthening of Food and Nutritional Security and Agroecology. Thus, through bibliographic and documentary research, an attempt is made to present part of this complex universe of SAT-RN.

**Words:** Food and Nutritional Security. Agroecology. Public Policy. Cultural Practices. Amazon/Brazil.

### RESUMEN

En este artículo se presentan composiciones que impregnan la cultura, en el sentido de prácticas culturales de cultivo indígena, más específicamente del Sistema Agrícola Tradicional del Río Negro (SAT-RN) en el estado de Amazonas, a través de experimentos prácticos y elementos teóricos. El SAT-RN fue reconocido como Patrimonio Cultural Nacional por el Instituto del Patrimonio Histórico y Artístico Nacional (IPHAN) en 2010, cubriendo los municipios de Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro, São Gabriel da Cachoeira, abarcando el universo diario de aproximadamente 80,000 personas que forman parte de 23 etnias indígenas y sus 19 idiomas. A través de elementos históricos de formación y reconocimiento del SAT-RN, se busca enfatizar cómo estas prácticas de cultivo socioambiental pueden ser alternativas notables para combinar el pasado en el presente, quizás construir un futuro, (re)construir paradigmas, así como destacar las demandas y

matices en el  
mantenimiento de la

cultura de la cultura para el fortalecimiento de la Seguridad Alimentaria y Nutricional y la Agroecología. Por lo tanto, a través de la investigación bibliográfica y documental, se intenta presentar parte de este universo complejo del SAT-RN.

**Palabras Clave:** Seguridad Alimentaria y Nutricional. Agroecología. Políticas públicas. Prácticas culturales. Amazonas/Brasil.

## INTRODUÇÃO

No ano de 2010, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN reconheceu o Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro (SAT-RN) como Patrimônio Cultural do Brasil. O registro está relacionado aos saberes tradicionais associados às formas de produzir alimentos, os hábitos alimentares, o manejo dos espaços, domínio de espécies de plantas e seus cultivos, além de toda a cultura material como utensílios e instrumentos de trabalho utilizados. O território de ocorrência, relacionada ao bem cultural patrimonializado, abrange os municípios Santa Isabel, Barcelos e São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, envolvendo aproximadamente 80.000 pessoas, 23 etnias indígenas e 19 línguas. (IPHAN, 2019)

Conhecido como Patrimônio Cultural Imaterial<sup>3</sup>, o SAT-RN é constituído de referências da cultura, da memória e da identidade do povo brasileiro. Compreende os saberes tradicionais associados às formas de produzir alimentos, nos hábitos alimentares, no manejo dos espaços, domínio de espécies de plantas e seus cultivos, além de toda a cultura material como utensílios e instrumentos de trabalho utilizados, como referências da cultura da Região do Rio Negro, no Amazonas. O bem registrado está relacionado aos povos Tukano, Tesena, Kubeo, Pira-Tapuya, Aruak, Baniwa e Baré, dentre outros, que são detentores de uma diversidade de processos em várias escalas: ecológicas, biológicas, socioculturais e temporais, aplicadas a ecossistemas, plantas, conceitos e saberes. Nas três localidades estudadas, por exemplo, foram levantadas 300 espécies cultivadas, sendo 100 delas variedades de mandioca – elemento central do SAT. Estas atividades estão relacionadas, não somente a vida produtiva,

<sup>3</sup> Patrimônio Cultural Imaterial: “Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas). A Constituição Federal de 1988, em seus [artigos 215](#) e [216](#), ampliou a noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial.”. IPHAN (S/D) Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>

mas também simbólica da região: a agricultura tem relação direta com as práticas do universo cosmológico dessas comunidades (IPHAN, 2019).

O Sistema Agrícola Tradicional pode ser compreendido não apenas como elementos de práticas do passado, como reconhecido pelo IPHAN como patrimônio, mas como complexas relações sociais e ambientais. Apresenta-se como sinônimo de sustentabilidade, em que conhecimentos ancestrais, associados às práticas, saberes e necessidade do presente, constitui-se de notórios conhecimentos e ideais, que compõem a cosmovisão dos detentores do SAT-RN.

O SAT-RN também pode ser compreendido como um sistema simbiótico, pois integra interações vegetais, animais e humanas, cujos elementos de relações permeiam o material, imaterial e o espiritual. Todavia, os agricultores tradicionais transformam e coexistem nesses ambientes de forma amplamente integrativa e interativa, cuja resultante é um modo de vida e modelo de produção que carece atentarmos. A conjugação entre passado e presente podem ser compreendidos como referências para o futuro, ou seja, que o tradicional não é o passado, mas pode sim, ser o futuro, pois o campo pode proporcionar qualidade de vida, saúde, segurança, segurança alimentar (alimentação e nutrição), conforto, renda, ou seja, a sustentabilidade em seu sentido *lato*. Aspectos, modos e padrões de vida que se tornam cada vez mais complexos de serem logrados no meio urbano, em especial, nas grandes cidades, com condições de vida insalubres em diversos gêneros e graus.

Assim, a Cultura da Cultura<sup>4</sup>, um trocadilho que é a referência etimológica de um (passado) à ambos significados ao presente. Duplo significado que se aproximam e podem ser sinônimos, de modo que a forma de cultivar é a cultura. Como forma de exemplificar a cultura da cultura, salientamos que “*Considerando a diversidade das agriculturas existentes no mundo percebemos que elas resultam da diversidade das culturas dos povos que as praticam, dos biomas e ecossistemas existentes, e da história da domesticação das plantas.*” (Velthem & Emperaire, 2016. p.10.)

## METODOLOGIA

---

<sup>4</sup>O termo Cultura provém do latim culture = cultivo em agricultura. Em francês temos culture, em inglês culture e em alemão kultur. De acordo com Kröeber, o termo teria sido empregado pela primeira vez em 1793 (cf. Paul Hazard, cit. por Kröeber) num dicionário alemão, todavia se o sentido antropológico que hoje possui. Com este último significado foi empregado pela primeira vez pelo alemão Gustav Klemm nos seus trabalhos. (Lima, 1979, p. 52).

Para a construção deste artigo, foi utilizada a pesquisa bibliográfica e documental, tendo como base a análise três obras: o livro intitulado *Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro*(2019) e o livro *Manivas, aturás e beijus: o Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro*(2016), que descrevem sobre a patrimonialização e os elementos socioculturais de que é composto SAT-RN, bem como dos documentos da reavaliação do SAT-RN como Patrimônio Cultural Nacional, como o *Parecer de revalidação do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro*(2021), mais especificamente quanto aos documentos de consulta e aos relatórios expedidos do IPHAN, junto ao detentores e instituições de pesquisa, com membros da Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro (ACIMRN), pesquisadores(as) do projeto “Populações Tradicionais, Agrobiodiversidade e Conhecimentos Tradicionais na Amazônia” (PACTA); pesquisadores(as) do Instituto Socioambiental (ISA), destacando assim as questões que permeiam o patrimônio cultural e sua transmissão. Essas três obras são elementos fundamentais para compreender a dinâmica histórica da patrimonialização e do SAT-RN (Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro), ou seja, como e por que ele foi reconhecido como Patrimônio Nacional, além dos elementos e dinâmicas culturais envolvidos. Neste sentido, exploramos os aspectos socioculturais que constituem o SAT-RN, com o objetivo de apresentar um panorama da cultura amazônica nesse contexto específico.

## RESULTADOS

### Breve História e Trajetória do Registro

Em 2010, o Registro do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro foi inscrito no Livro dos Saberes, representando um valioso patrimônio imaterial. Esse sistema é composto por conhecimentos e práticas relacionados à domesticação e uso de diversas espécies vegetais para consumo, bem como aos hábitos alimentares e manejo dos espaços. Além disso, inclui aspectos culturais como os utensílios e instrumentos de trabalho utilizados, e está interligado a um sistema cultural mais amplo que envolve desde a produção até o consumo dos alimentos, em diferentes contextos e escalas. Trata-se de um patrimônio que abrange aspectos ecológicos, biológicos, socioculturais e temporais, afetando tanto a vida material, quanto social e econômica das comunidades envolvidas (Brayner, 2019).

Entretanto, como é descrito por IPHAN (2010), o pedido e processo de registro teve seu início em 2005, com a mobilização de

detentores, instituições e pesquisadores:

A solicitação de registro resulta de uma dinâmica coletiva entre associações e populações locais, instituições de pesquisas, organização não governamental e instituição pública. A interação teve como ponto inicial a discussão em torno da obtenção do termo de anuência prévia (TAP) em setembro 2005 para realização de uma pesquisa sobre o sistema agrícola do médio Rio Negro (cooperação bilateral Brasil-França, cf. p.4). O projeto visava responder à pergunta científica: quais são os processos de construção de objetos biológicos e de saberes locais, e ao desafio prático: como assegurar a continuidade futura dos processos de construção da agrobiodiversidade e dos conhecimentos a eles associados? Visava também criar uma experiência positiva e modelar de pesquisa em cooperação com as populações, com respeito a seus direitos intelectuais e atendimento às normas legais (MP 2186/16-2001) (PACTA, 2004, 2005). A ACIRMN e as duas comunidades solicitadas, Tapereira e Espírito Santo, se posicionaram favoravelmente ao projeto e a anuência do CGEN foi dada em fevereiro 2006 (publicada no DOU do 4/4/2006). No mesmo período, o ISA começou a atuar junto à ACIRMN com o objetivo de fortalecer a organização e de analisar a situação dos povos indígenas no médio Rio Negro. (IPHAN, 2010, p.11)

No livro *Manivas aturás beijus: o Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro*<sup>5</sup>, coordenado por Velthem e Emperaire (2016), é descrito a construção do processo de patrimonialização do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro, em que já na apresentação da obra há uma descrição da síntese do processo, motivação e objetivos da patrimonialização, tendo em vista resultados de pesquisas que constaram a perda de várias espécies de plantas, bem como do modo de transmissão dos conhecimentos tradicionais. Frente à essas questões, foram pensadas ações destinadas a salvaguardar o Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro, que como é descrito, é composto por um conjunto de saberes, práticas, produtos e outras manifestações correlacionadas, sendo que “*o conceito de sistema envolve aqui os espaços manejados e as plantas cultivadas, as formas de transformação dos produtos agrícolas e a alimentação local, quer dizer o complexo que vai das roças até os alimentos e seus modos de consumo em diversos contextos da vida social*” (Wai’keen, 2016, p.6).

Em Wai’keen, 2016, também é destacado importância do SAT- RN como patrimônio pela seguintes fatos:

O primeiro deles é o contexto multiétnico e multilinguístico, no qual o sistema agrícola é elaborado, desenvolvido e constantemente atualizado. As diversas etnias, no mesmo tempo que produzem e resguardam variedades agrícolas, têm em comum formas de transmissão e circulação de saberes, práticas e produtos que respondem pela altíssima agrobiodiversidade da região.

<sup>5</sup> Vale destacar que tal publicação foi construída com a participação de pesquisadores acadêmicos e indígenas, lideranças indígenas e especialistas indígenas tradicionais.

O elemento central e estruturante desta agricultura é a mandioca brava, representada nas roças por dezenas de variedades, as manivas, constituindo uma forma de manejo da diversidade única em todo o Brasil. O processamento das mandiocas para consumo envolve uma série de etapas específicas e o uso de artefatos, em geral de cestaria, que expressam dimensões culturais importantes. Mais de uma centena de plantas cultivadas, entre fruteiras, medicinais e outras categorias, acompanham a mandioca, enfatizando o papel das comunidades indígenas do Rio Negro na constituição e na conservação de um amplo patrimônio biológico e cultural. O sistema alimentar desenvolvido na região incorpora as produções locais, bem como elementos trazidos de fora ao longo de sua história, e apresenta uma alta diversidade de preparações principalmente à base de mandioca (farinhas, beijos, caxirís...). (Wai'keen, 2016, p.6-7)

O consumo da maniva, entre os povos indígenas do Rio Negro, é muito mais do que simplesmente uma forma de alimentação. Na verdade, ele envolve um complexo sistema de relações entre seres humanos e plantas, assim como entre as próprias plantas. Além disso, inclui práticas de manejo da terra, que são fundamentais para garantir a sustentabilidade do sistema agrícola. Nesse sentido, a maniva está profundamente ligada às normas, conceitos, práticas e relações sociais das comunidades indígenas que a consomem. Através de histórias e narrativas, as comunidades transmitem os conhecimentos necessários para o cultivo, colheita e preparação da maniva, bem como os rituais e celebrações associados ao seu consumo (IPHAN, 2021; Hussak & Emperaire, 2016).

A farinha, chamada por Câmara Cascudo de “a rainha do Brasil”, produzida e consumida no país inteiro, tem na região amazônica a maior diversidade de espécies de sua matéria-prima, a mandioca, bem como os mais variados tipos de farinha, os mais diversos usos culinários, o maior aproveitamento de todos os elementos que fazem parte do seu processo de produção, e é também, nessa região que se apresenta como relevante referência cultural. (Brayner, 2019, p. 42)

No período em que se deu a solicitação do Registro do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro, houve debates acerca do reconhecimento de bens associados à cultura alimentar por parte de técnicos e especialistas vinculados ao IPHAN. Esse processo foi motivado, em parte, pelos inúmeros pedidos de reconhecimento de receitas de "comidas típicas". Nesse contexto, a mandioca se destacou como uma importante referência da cultura alimentar brasileira, uma vez que é encontrada de norte a sul do país, recebendo diferentes nomes de acordo com a região: macaxeira, aipim, mandioca, maniva, entre outros (IPHAN, 2021; Brayner, 2019).

A partir dos anos 90, observou-se um crescente interesse pelo reconhecimento das práticas culturais dos povos da Amazônia, o que se refletiu em diversos trabalhos de pesquisa e documentação.

Essas iniciativas buscavam fomentar a implantação de reservas extrativistas e promover propostas de conservação e desenvolvimento sustentável na região amazônica, tanto por organizações nacionais quanto internacionais. Tais esforços foram fundamentais para a valorização da diversidade cultural e biológica da região, bem como para a preservação das práticas agrícolas tradicionais, como o sistema agrícola tradicional do Rio Negro, que se baseia no manejo da mandioca e de outras plantas alimentícias (IPHAN, 2021; Brayner, 2019).

Assim, pode-se ver que o consumo da maniva não é apenas uma questão de nutrição, mas também um aspecto importante da cultura e tradição das comunidades indígenas do Rio Negro. Além disso, a preservação desse conhecimento é crucial para garantir a sustentabilidade do sistema agrícola tradicional dessas comunidades, que dependem da terra e da biodiversidade para sua sobrevivência e bem-estar.

O processo de Registro do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro foi influenciado pelas primeiras experiências de implementação da política de patrimonialização de bens de natureza imaterial no Brasil<sup>6</sup>, que se concentraram em iniciativas-piloto para identificar sistemas culinários e práticas alimentares, incluindo estudos sobre o feijão e a mandioca. Nesse sentido, o reconhecimento do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro como Patrimônio Cultural Brasileiro, em 2010, representou um marco importante na

---

#### <sup>6</sup> Constituição Federal

**Art. 216.** Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I- as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/constituicao\\_federal\\_art\\_216.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/constituicao_federal_art_216.pdf)

**Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000.** Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.

Disponível

em:

[http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto\\_n\\_3.551\\_de\\_04\\_de\\_agosto\\_de\\_2000.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_n_3.551_de_04_de_agosto_de_2000.pdf)



ampliação da compreensão sobre a diversidade cultural e alimentar do país e na valorização dos conhecimentos e práticas tradicionais dos povos indígenas da Amazônia (IPHAN, 2021).

As plantas cultivadas no SAT/RN são associadas a histórias e lendas, sendo que a forma como são cultivadas e consumidas está frequentemente ligada a rituais e celebrações. Os detentores acreditam que suas práticas agrícolas são essenciais para a sobrevivência e o bem-estar das comunidades, tanto do ponto de vista material quanto espiritual. Essas práticas estão profundamente enraizadas na cultura dessas comunidades e são vistas como formas de manter a conexão com a terra e os antepassados, além de promover a saúde e o equilíbrio ambiental.

### **Políticas Públicas do Patrimônio e a Segurança Alimentar e Agroecologia**

Existe uma complexidade de elementos que tangem o SAT-RN que ressaltam em sua importância como bem cultural, pois para além de forma técnica de produção, simboliza e representa um modo de vida, complexa rede social, relações interespecies e cosmovisão singular. A Política Pública de Patrimônio a nível federal, como já mencionado, tem como objetivo reconhecer a importância dessas práticas culturais e salvaguardá-las.

O registro e título de Patrimônio Cultural Brasileiro é apenas parte das ações, pois necessário construir o Plano de Salvaguarda juntamente com os detentores do bem, cujas mobilizações e envolvimento de outros grupos da sociedade civil são premissas, a fim de construir diálogos, planejamento e ações que auxiliem na preservação e transmissão do patrimônio cultural.

O Registro do bem como Patrimônio Cultural atribui ao Estado algumas obrigações, tais como o processo contínuo para a criação de diversas reuniões e ações visando a mobilização de detentores, difusão dos saberes e articulação interinstitucionais, desenvolvendo ações de salvaguarda do bem patrimonializado. Dentre elas destacasse o auxílio técnico agrícola; fiscalização e monitoramento de atividades que possam impactar negativamente nas práticas culturais, tendo como exemplo a necessidade de pesquisa de impacto socioambiental em que o IPHAN avalie e emita parecer quanto aos levantamentos técnicos apresentados pelas empresas/instituições.

Os instrumentos legais subsequentes do reconhecimento como Patrimônio Cultural Brasileiro, apresentam-se assim como aliados ao fortalecimento da Segurança Alimentar e

Nutricional e

Agroecologia, pois

representam ações e obrigações técnicas/normativas que contribuem de forma direta para o fortalecimento e manutenção de aspectos socioambiental, além de auxiliar na preservação dos elementos que compõem o SAT/RN.

Pode-se inferir que, neste caso específico do SAT/RN, para além das Políticas Públicas específicas de Segurança Alimentar e Nutricional, Agroecologia e Produção Orgânica, a política pública que estabelece a patrimonialização das práticas culturais brasileiras contribui de igual forma para a construção de garantias à segurança alimentar e nutricional. Em suma, podem conter elementos técnicos/normativos distintos, mas que têm um objetivo em comum, garantir a soberania alimentar com a produção e acesso alimentos que respeitam as características socioambientais. Sendo assim, é importante compreender como as Políticas Públicas dialogam e são complementares, a fim de criar mecanismos técnicos/normativos de sinergia para o fortalecimento das práticas da Agroecologia.

### **A Aldeia: O Lugar da Fala**

De onde o(a) indígena fala? Fala da aldeia, de seu lugar de refúgio onde vive em simbiose com a biota, com a terra, com o universo espiritual e seus ancestrais, com o cosmo. Fala de onde o corpo e o ser são a natureza. Fala de onde vive sua cultura a entoar cânticos, realizar festas e ritos, constrói seu abrigo, desenha e pinta seu corpo, faz o seu alimento, ferramenta, utensílios, esculturas, vestimentas e adornos. Fala de onde há diversas línguas e etnias, povos, parentes e laços de ancestralidade. Fala de onde a vida tem equilíbrio, tem paz, tem alegria, tem saúde, tem alimento saudável que alimenta para além do corpo físico, nutre a sua alma, alimenta o seu saber, fortalece sua ligação com a natureza e faz-se parte dela. Fala do lugar dos mitos, das lendas, das histórias, dos antepassados. Fala do lugar onde a natureza é mensageira, onde as nuvens, raios e chuva são respostas do céu, onde os ventos contam histórias e enviam mensagens, onde as aves entoam canções. Fala de onde a terra provém o alimento, onde as águas escondem mistérios, onde o ar limpo fortalece o espírito. Fala de onde estrelas e astros são seres míticos. Fala de onde os rios, lagos, rochas, montanhas, matas, florestas, árvores e animais são sagrados e reverenciados. Fala de onde o tempo é contado pela lua, nos ciclos dos rios, plantas e animais. Fala de um lugar onde tudo provê, cuida, zela, cura. Em resumo, fala desse lugar de cosmovisão, do seu universo e da sua vida singular, fala de si, mas não no singular, fala do coletivo das nações indígenas.

Esse lugar

não é apenas o espaço físico e território, esse lugar são os indígenas. O ser indígena leva consigo tudo isso, essa ligação e interação com a natureza, pois eles(as) são a natureza, eles(as) são essas conexões entre visível e invisível, eles(as) são os antepassados, eles(as) são a cultura e o patrimônio vivo, eles(as) são o futuro.

Ouso em dizer que são o futuro, pois em meio a tantos percalços desde 1500, seque com resistência e resiliência, demonstram e constroem modelos de civilidade e sustentabilidade, mesmo diante dos flagelos da colonialidade. Como dito por Ailton Krenak no documentário “Guerras do Brasil - 1. As Guerras da Conquista<sup>7</sup>”, são povos que seguem em guerra, em luta contra o sistema capitalista que preda Gaia, aniquila a diversidade e fomenta a homogeneidade/esterilidade, conduz para a indiferença e individualidade. O Ser indígena apregoa, constrói e busca o Bem Viver, eles(as) fazem parte do contramovimento dos modelos insustentáveis aos seres e a vida, pois propõem um “mundo novo” e apresentam o “mundo velho” como o modelo para tal. Dentro desse “mundo velho” indígena está o Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro (SAT-RN), referências de um legado de antepassados, povos e etnias, práticas construídas e fortalecidas no Bem Viver, no fazer parte de um todo, do que somos, de um significado transdimensional entre mundos, entre o visível e invisível, tangível e intangível.

Ailton Krenak, em seu livro “Ideias para adiar o fim do mundo”, reflete que a condição de fim dos mundos é vivida pelos povos indígenas, muito antes das pandemias ou de muitos processos sócio-históricos recentes. O autor comenta que desde a colonização, a premissa da existência de uma única humanidade, esclarecida, civilizada, e que precisava ir ao encontro de outros humanos que viviam na “escuridão”, mantém, nos dias de hoje, 70% dos humanos totalmente alienados do mínimo exercício de ser. Como resultado devastador em prol de uma civilização, tantos foram e ainda são arrancados de seus coletivos, de seus lugares de origem, e “*jogados nesse liquidificador chamado humanidade*”. (Krenak, 2020, p. 9). Mas o autor lança a seguinte pergunta: é possível que um conjunto de culturas e de povos ainda seja capaz de habitar uma cosmovisão, habitar um lugar neste planeta que compartilhamos de uma maneira tão especial, em que tudo ganha um sentido?

Acosta (2016), nos fala do Bem Viver, que é uma busca coletiva de construção de novas formas de vida em harmonia com a natureza, cujas práticas já existem entre diversos povos andinos e amazônicos.

---

<sup>7</sup> Guerras do Brasil - 1. As Guerras da Conquista – Documentário de 2018 que diz que “A guerra da conquista ainda não acabou. Veja como a população indígena foi dizimada e segue sua luta pela demarcação de terras até os dias atuais”. Disponível em <https://www.netflix.com/br/title/81091385>

Os indígenas não são pré-modernos nem atrasados. Seus valores, experiências e práticas sintetizam uma civilização viva, que demonstrou capacidade para enfrentar a Modernidade colonial. Com suas propostas, imaginam um futuro distinto que já alimenta os debates globais. O Bem Viver faz um primeiro esforço para compilar os principais conceitos, algumas experiências e, sobretudo, determinadas práticas existentes nos Andes e na Amazônia, assim como em outros lugares do planeta. O Bem Viver – isto é fundamental – supera o tradicional conceito de desenvolvimento e seus múltiplos sinônimos, introduzindo uma visão muito mais diversificada e, certamente, complexa. (Acosta, 2016, p.24)

Repensar modelos e desconstruir estigmas são questões imperativas na atualidade, para além de fazerem parte de uma dívida histórica, são elementos fundamentais para criar alternativas de “mundo possíveis”, pois os modelos hegemônicos atuais são nocivos e insustentáveis.

A visão de mundo dos marginalizados pela história, em especial dos povos e nacionalidades indígenas, é uma oportunidade para construir outros tipos de sociedades, sustentadas sobre uma convivência harmoniosa entre os seres humanos consigo mesmos e com a Natureza, a partir do reconhecimento dos diversos valores culturais existentes no planeta. Ou seja, trata-se de bem conviver em comunidade e na Natureza. (Acosta, 2016, p.24-25)

O Bem viver tem como proposta:

(...) harmonia com a Natureza, reciprocidade, relacionalidade, complementariedade e solidariedade entre indivíduos e comunidades, com sua oposição ao conceito de acumulação perpétua, com seu regresso a valores de uso, o Bem Viver, uma ideia em construção, livre de preconceitos, abre as portas para a formulação de visões alternativas de vida. (Acosta, 2016, p.33)

O Bem Viver, sem esquecer e menos ainda manipular suas origens ancestrais, pode servir de plataforma para discutir, consensualizar e aplicar respostas aos devastadores efeitos das mudanças climáticas e às crescentes marginalizações e violências sociais. (Acosta, 2016, p.33)

A aldeia não é um “éden”, há conflitos e outros percalços, mas é um lugar em se busca viver em simbiose com tudo e todos(as), busca e diálogos constantes para ter e manter o equilíbrio, a equacionar a sinergia, o Bem Viver, antagonismo do viver bem do não indígena, onde as relações podem ser compreendidas como o parasitismo, exaurindo recursos naturais e precificando a vida.

Como destacado na obra de Santos (2009), intitulada “Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes”, em que o autor argumenta sobre o pensamento colonial e linhas que segregam grupos e formas de saberes, tendo para tal o objetivo de

dominação e

exploração deles, e

utilizam-se do sistema capitalista como uma das ferramentas. Esse exercício de decolonialidade requer repensar e (des)construir elementos e paradigmas que foram engendrados a séculos e são vistos como formas, estruturas e mecanismos legítimos, ou seja, estão presentes são aceitos sem grandes questionamentos e rupturas, estruturas políticas e sociais antagônicas as diretrizes da sustentabilidade social, ambiental e econômica.

### **A Reavaliação e Demandas do Detentores Quanto a Educação e Cultura**

Existe uma complexidade de elementos que tangem o SAT-RN que ressaltam em sua importância como bem cultural, pois para além de forma técnica de produção, simboliza e representa um modo de vida, complexa rede social, relações interespecies e cosmovisão singular. A Política Pública de Patrimônio a nível federal, como já mencionado, tem como objetivo reconhecer a importância dessas práticas culturais e salvaguardá-las. O registro e título de Patrimônio Cultural Brasileiro é apenas parte das ações, pois necessário construir juntamente com os detentores do bem, o Plano de Salvaguarda<sup>8</sup>, cujas mobilizações e envolvimento de outros grupos da sociedade civil são premissas, a fim de construir diálogos, planejamento e ações que auxiliem na preservação e transmissão do patrimônio cultural.

No já referido Decreto N° 3.551, é estabelecido que após completar 10 anos os bens registrados devem passar por um processo de revisão quanto ao acautelamento, sendo necessária avaliação técnica do IPHAN, com consulta aos detentores e sociedade civil em geral. Devido a Pandemia de Covid-19, o processo de reavaliação do SAT-RN ocorreu no ano de 2021.

Na consulta realizada junto aos detentores, membros da Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro (ACIMRN), pesquisadores(as) do projeto “Populações Tradicionais, Agrobiodiversidade e Conhecimentos Tradicionais na Amazônia” (PACTA); pesquisadores(as) do Instituto Socioambiental (ISA), foram destacadas questões de suma importância que auxiliam a compreender a cultura da cultura e as vulnerabilidades quanto a salvaguarda e sua transmissão (IPHAN, 2021).

---

<sup>8</sup> Após o reconhecimento como Patrimônio Nacional, são estabelecidas, através e/ou em conjunto entre detentores e corpo técnico/pesquisadores, o planejamento e gestão que englobe metas e objetivos, a fim de salvaguardar os bens acautelados. O IPHAN possui publicações com orientações sistematizadas. O IPHAN possui manual de Manual de elaboração de Planos de Salvaguarda. Disponível em:

[http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/manual\\_planos\\_de\\_salvaguarda.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/manual_planos_de_salvaguarda.pdf)

Quando perguntado aos detentores se há impactos que ameaçam a construção e transmissão dos saberes tradicionais e práticas culturais, dentre as principais queixas dos detentores está a falta de interesse dos mais jovens ou baixo envolvimento nas práticas relacionadas ao SAT, em que o universo e condições do campo são vistas como ultrapassadas, rudimentares, obsoletas, cujo viver no campo e do campo e visto, por vezes, como uma condição não digna. Como isso muitas práticas culturais que integram o SAT são deixadas de lado, sendo o êxodo rural uma prática recorrente e crescente, como está descrito no Parecer de Reavaliação do IPHAN (IPHAN, 2021).

Sim, a falta de interesse dos mais jovens, a mudança dos hábitos alimentares e a transmissão dos saberes, principalmente aqueles relacionados à dimensão simbólica, essas preocupações ainda persiste até no momento, pois muitas famílias indígenas das comunidades de bases vem para cidade com o objetivo de dar melhor condições de vida para os seus filhos, melhor formação de estudos, empregos etc, mas quando chega na cidade deparam com uma realidade muito diferente, e não conseguem se sustentar na cidade e muito menos voltar para suas comunidades de origens e os filhos muitas das vezes se perdem nas bebidas ou drogas, não procuram saber o conhecimento tradicionais e da sua cultura. Nas comunidades de bases, com a entrada ou o fácil acesso de alimentos industrializados, ou algumas vezes por não ter a terra, ou mesmo com as mudanças climáticas dificultam o trabalho de roça, e algumas famílias indígenas consomem, mas os alimentos industrializados ou preferem comprar os derivados da mandioca já pronto para seu consumo. (Detentores Participantes da Consulta, em Reunião Presencial FOIRN, GT 03, p. 3-4)

A vulnerabilidade quanto a educação e cultura também são evidenciadas quanto aos hábitos alimentares, em que os alimentos tradicionais e naturais estão a ser substituídos por alimentos industrializados e ultraprocessados, o que impacta também na saúde dos jovens. Entretanto, ressaltam também como a escola tem auxiliado a mitigar esses impactos negativos (IPHAN, 2021).

A mudança dos hábitos alimentares também continua sendo uma preocupação. A gente se preocupa quando vê as crianças comendo muita bolacha, miojo, salgadinhos industrializados ou comida com transgênico, ou com muito óleo, sal ou açúcar, ao invés de comerem coisas da nossa cultura tradicional que faz bem, como mingau e cará. A gente se preocupa porque esse tipo de alimento industrializado faz a criança ficar desnutrida, com preguiça de estudar, se acostumando a não comer alimentação saudável. Esse tipo de alimento prejudica o SAT-RN e prejudica a vida das crianças. A gente sempre tem buscado conscientizar, a merenda escolar regionalizada tem ajudado nesse processo... a gente explica que açúcar, bolacha e salgadinho trazem doenças, que faz eles crescerem com o corpo fraco. A gente fala sobre a importância de tomar xibé, pimenta, farinha, tapioca, que é nosso hábito mesmo, que é o costume da nossa cultura. São os alimentos do SAT-RN que fortalecem nosso corpo, são nossa comida tradicional. (Sandra e Elisângela-Lideranças do Coletivo de Mulheres Indígenas, p. 8)

Os detentores do conhecimento associado ao SAT-RN ainda enfrentam dificuldades na transmissão desses saberes para as gerações mais jovens. De acordo com eles, as relações intergeracionais são

afetadas por um sentimento de descrença dos mais velhos em relação aos jovens. No entanto, uma mudança significativa na transmissão desses conhecimentos pode ser observada por meio da monetização das atividades relacionadas, que são adaptadas para um formato de oficinas (IPHAN, 2021).

Foi também destacada a necessidade de incorporar a linguagem tecnológica como uma forma de atrair e engajar os jovens no processo de transmissão dos conhecimentos associados ao SAT-RN. Eles ressaltam que é importante melhorar a política de educação indígena para que o SAT-RN seja mais ensinado nas escolas e faça parte da grade curricular. Para os detentores, essa é uma forma de valorizar as práticas culturais do SAT-RN e garantir que elas sejam transmitidas para as próximas gerações (IPHAN, 2021).

Segundos os detentores, o desinteresse dos jovens em relação ao SAT-RN está relacionado à supervalorização do mercado de trabalho e à necessidade de se inserir na vida escolar, o que muitas vezes os leva a se deslocar para os centros urbanos. Além disso, outro fator apontado como responsável pelo desinteresse dos jovens em relação a essas práticas é a ampliação do acesso às ferramentas e linguagens tecnológicas, o que pode gerar conflitos nas relações intergeracionais e enfraquecer a identificação e o sentido atribuídos às práticas culturais do SAT-RN, muitas vezes associadas apenas aos mais velhos, ou seja, sem interesse técnico e cultural pelos jovens (IPHAN, 2021).

Muitas vezes, quando vem da comunidade para a cidade, a gente percebe que eles acabam se envolvendo menos com as atividades do SAT-RN. Muitas vezes se desinteressam pela roça e querem se inserir no “mundo moderno”. A roça é nosso passado, nosso presente e nosso futuro. É importante que os mais jovens recebam esses conselhos, que possam valorizar a roça, aprender a vivenciar o SAT-RN desde novo. É importante que a gente valorize desde cedo pras crianças a importância de trabalhar na roça. Trabalhar na roça não é um castigo... precisa ser valorizado também como um projeto de futuro, que não precisa ser uma trajetória desvalorizada em detrimento da trajetória escolar. Trabalhar na roça é trabalhar com conhecimentos fundamentais pra identidade dos povos do rio negro. Por isso é importante o momento dos rituais para os jovens, para que eles possam ter esse conselho e os aprendizados que vem da nossa cultura, da nossa formação tradicional, que é nossa faculdade. Assim ele vai ter sempre o conhecimento da cidade e o conhecimento da comunidade. Conhecer o conhecimento do SAT-RN e o conhecimento tecnológico, o conhecimento da escola. Sandra e Elisângela-Lideranças do Coletivo de Mulheres Indígenas, p. 9)

Em suma, é fundamental reconhecer a importância do SAT-RN como expressão cultural da região e buscar formas de incentivar a participação dos jovens nessas práticas, valorizando a sua história e preservar a cultura e patrimônio.

Essa demanda dos detentores dialoga plenamente com a diretrizes do Dicionário da

(2012), pois requerem a existência na localidade unidades escolares que vão ao encontro das práticas culturais locais, a respeitar as necessidades e características de distintos povos, para construir a educação do campo, ou seja, que tenha como princípio a equidade.

Educação do Campo nomeia um *fenômeno da realidade brasileira atual*, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas. Objetivo e sujeitos a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana. (Dicionário da Educação do Campo, 2012, p. 259)

Em novembro de 2019, em Manaus/AM, foi realizada a IV Reunião da Salvaguarda do SAT-RN, também chamada de Conselho da Roça, junto aos detentores do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro, para a revisão dos objetivos e traçar estratégias e plano de ação dos 5 anos subsequentes. A demanda de maior destaque foi a de criar dentro do currículo escolar condições para a valorização das práticas culturais e sociais que integram o SAT-RN, isso como forma de mitigar os impactos negativos e proporcionar uma maior valorização do campo, pois segundo descrito quando da consulta de Reavaliação do IPHAN.

Os jovens rionegrinos encontram-se cada vez mais envolvidos no processo de escolarização, o que acaba distanciando-os de trabalhos que em outros contextos recebiam maior dedicação, como os trabalhos relacionados com o SAT-RN. Isso afeta a capacidade dos pais e mães de famílias em tocar as atividades que antes recebiam maior aporte de mão-de-obra dos filhos. Para compensar essa falta, observa-se que muitos vêm investindo em equipamentos tecnológicos que amenizem a diminuição de oferta de mão-de-obra, como motosserras para as derrubadas, motores de rabeta para os deslocamentos e motores para o processamento dos alimentos. Nas escolas, falta material didático bem como práticas pedagógicas orientadas que traduzam as informações sistematizadas no processo de patrimonialização do SAT para o ambiente de ensino-aprendizagem escolar. Tudo isso resulta em dificuldades para repassar conhecimentos associados ao SAT-RN para os mais jovens. (ISA, p. 9)

Segundo os detentores, é necessário haver um movimento educacional de inclusão e valorização das práticas culturais, pois *“a garantia e autonomia sobre alimentação está ligada ao funcionamento do SAT, sendo a salvaguarda dos valores e referências culturais imprescindível para as comunidades.”* (PACTA, p.3). É enfatizado que *“A salvaguarda desses valores de autonomia, soberania pode ser reforçada com a sensibilização dos jovens ao tema através da escola e de oficinas especializadas.”* (PACTA, p.3).

Para efetivar esse modelo educacional é necessário pensar no elemento base, os professores(as), educadores(as), pois existe a necessidade de formar esse profissional

consoante a



diversidade e necessidade, ou seja, é mandatório reconhecer a diversidade e formar profissionais para tal, como está descrito nas diretrizes do Dicionário da Educação do Campo:

O reconhecimento da diversidade de coletivos em lutas por terra, território, trabalho, educação, escola está presente na história da defesa de outra educação do campo nas conferências, no fórum e na pressão por políticas públicas, na proximidade dos cursos de Formação de Educadores, Pedagogia da Terra e Formação de Professores para o campo, indígenas, quilombolas etc. A diversidade está exposta e exige reconhecimento. (Dicionário da Educação do campo, 2012, p. 231)

Como destacado, a educação do campo, deve ser construída de acordo com as características singulares dos distintos grupos sociais e que vá ao encontro dessas demandas. Como posto pelos detentores do SAT-RN, ela, a educação, pode auxiliar na preservação da diversidade, valorização de saberes e práticas culturais fundamentais para a sobrevivência de povos, que neste caso específico, pode atuar como instrumento de transmissão do reconhecido Patrimônio Cultural Brasileiro.

Como já salientado, mas importante frisar, o SAT-RN extrapola a visão simplista de que é apenas um conjunto de técnicas, e como técnicas poderiam ser replicadas, não, o SAT-RN exemplifica a necessidade de se conhecer, registrar e salvaguardá-lo, pois, trata-se de um sistema agrícola singular e contempla, de forma direta e indireta, outros elementos, como nos apresentam Velthem e Emperaire (2016).

A diversidade das formas de produção agrícola ultrapassa o domínio dos fatos técnicos, uma vez que pertencem antes a vários registros da vida social e cultural das sociedades humanas como resultado de escolhas, de imposições, de adaptações e de inovações. A agricultura pode ser vista como um processo com duas grandes etapas: a da transformação do espaço – a abertura da roça – e a da disposição neste espaço de uma diversidade de plantas que se destinam a finalidades alimentícias, medicinais e outras. A sua realização requer saberes, conceitos, práticas e relações sociais. Da mesma forma, a agricultura expressa concepções culturais e práticas da vida social e comunitária, assim como formas de relacionamento com a natureza. (Velthem & Emperaire, 2016. p.12.)

As demandas dos detentores do SAT-RN e as atribuições do Estado frente a um bem reconhecido como Patrimônio Nacional, requerem ampla compreensão dos elementos socioculturais que compõem o SAT-RN, mas que para além compreender, é necessário que sejam construídos mecanismo efetivos que permitam atender, efetivamente, as demandas dos detentores.

## DISCUSSÃO

## Cultura do SAT-RN: Reflexões e Indagações

Como descrito pelos detentores e pesquisadores, existem sobreposições de dificuldades e riscos a que está exposto o SAT-RN, mudanças climáticas, questões políticas e fundiárias, dinâmicas culturais e ruptura cultural intergeracional. A patrimonialização emerge como mecanismo para salvaguardar tais práticas culturais, alicerçada na relevância do SAT-RN como diversidade e expressão do patrimônio cultural brasileiro. Todavia, a patrimonialização é apenas um dos mecanismos possíveis para mitigar os impactos e pressões negativas que está sujeito o SAT-RN, mas apresenta-se como um passo de grande relevância a nível nacional, pois foi pioneiro quanto a essa categorização quanto a sistema agrícola tradicional. Sendo assim, essa a patrimonialização abre espaço e alternativas de reconhecimento e empoderamento a outros sistemas agrícolas tradicionais agroecológicos, sendo esses processos de salvaguarda importantes mecanismos de registro e difusão de práticas agroecológicas.

Quando do termo sustentabilidade em seu sentido lato, cabe destacar/inferir que os demais modelos são insustentáveis, isto é, têm falhas que geram ônus de forma direta ou indireta, do local ao global. Essas perspectivas de impactos negativos e dimensões são fundamentais para refletir e buscar soluções/moldes para ir ao encontro desse anseio ou utopia, pois são complexos os modelos a serem desconstruídos para alcançar de maneira mais alargada esses objetivos fundamentais a sobrevivência de todas(os). Quando dito todas(os), quer dizer os seres humanos e não humanos, do nano ao macro, do visível ao invisível, cujos paradigmas já existem, apenas não são conhecidos e não fazem parte do cotidiano/prática de diversos grupos sociais. Isso ocorre por uma exclusão consciente, enviesada, prepotente, hegemônica, e claro, negacionista e inconsequente, uma vez que têm e veem a sustentabilidade como entrave ao “desenvolvimento”, mas ela, a sustentabilidade não é uma opção, é uma necessidade imperativa para a existência dos seres.

Neste sentido, acredito que o contramovimento, ou seja, a ampliação da agroecologia a nível global, como matriz para alimentar toda população mundial, perpassa por estabelecer uma política global inclusiva, a lançar mão de diversos modelos existentes de produção, em que a diversidade de modelos e alimento seja diversa. É imperativo conhecer e fomentar as práticas agroecológicas, bem como adequar outras aos moldes da sustentabilidade no sentido lato, a respeitar a diversidades ambientais, culturais e políticas. Em suma, respeito e fomento à diversidade com

moldes específicos a cada realidade, necessidades e condições bióticas, culturais, políticas e sociais, formas plurais com objetivos singulares, a sustentabilidade.

Mas como construir esse modelo “utópico” de segurança alimentar e agroecologia a nível mundial? A resposta é simples e complexa, mudar nossos referenciais e (re)construir a consciência coletiva.

Ainda somos formados e formatados a aceitar e reproduzir sistemas que fomentam a individualidade e indiferença, por vezes, transvestida como liberdade, desenvolvimento e evolução, como por exemplo “O Agro é Pop, O Agro e Tec”<sup>9</sup>. Engodo plasmado em uma mescla entre manipulação, alienação e perversidade.

Nesse sentido, a busca de novos referenciais e a consciência coletiva é um instrumento fundamental para “adiar o fim do mundo”, a criar e proporcionar alternativas viáveis e acessíveis. Onde então começar essa mudança? Na glocalização<sup>10</sup>, com movimentos sociais e políticas públicas em diferentes escalas, com adequação e diálogo entre grupos diversos, a sensibilizar e incentivar quanto a segurança alimentar e nutricional e a agroecologia e suas vantagens, ou melhor, da imperativa necessidade delas. O SAT-RN é esse instrumento na busca da sustentabilidade dentro desse sistema da glocalização, neologismo que explicita a importância dos modelos locais frente a essas necessidades e realidades.

Então como cultivar a cultura do cultivo do SAT-RN? Cultivar a cultura do cultivo exige uma plêiade de indivíduos, grupos sociais e instituições em convergência, para o diálogo constante e construção para avaliar necessidades e estabelecer objetivos viáveis e inclusivos. Como apresentado, dentre as demandas dos detentores do SAT-RN, é destacada a necessidade de valorização e transmissão dos saberes e práticas que integram as práticas agrícolas do SAT-RN, que para além de representar a cultura milenar de povos nessa região do Amazonas, é também mecanismo de subsistência e segurança alimentar e nutricional.

Sendo assim, o SAT-RN é sinônimo de sobrevivência da cultura e povos, cujo risco e perda foram evidenciados, em que o reconhecimento e patrimonialização faz parte dessa busca de manutenção e valorização desse cultivar a cultura do cultivo, é um instrumental que mobiliza indivíduos, grupos sociais e instituições, mas que por si só, não sana todos os

---

<sup>9</sup> O Agro é Pop, O Agro e Tec: Slogan campanha publicitária veiculada no canal de televisão Rede Globo. <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/video/entenda-a-campanha-agro-e-tech-agro-e-pop-agro-e-tudo-5343997.ghtml>

<sup>10</sup> Glocalização: Neologismo que representa a fusão entre global e local, cujo objetivo é identificar o impacto da cultura global na local.

problemas e necessidades. Entretanto, é um importante passo para a visibilidade e alternativas que se ajustem às demandas dentro das dinâmicas culturais em busca de perenidade de tais práticas. Perenidade não é sinônimo de cultura cristalizada, estática, para a perenidade da cultura requer que ela seja também dinâmica, mutável e adaptativa às novas necessidades.

Frente à demanda dos detentores, como então (re)educar para um mundo agroecológico? Os processos de (re)educação carece ser pensado de forma ampla. A (des)construção de paradigmas perpassa não apenas nas projeções futuras das gerações, ou seja, estratégicas para a pedagogia, também requer modelos da andragogia<sup>11</sup>, isto é, a crianças, jovens e adultos, imputar à todas(os) o processo educativo, formal e não formal, que permita construir o conhecimento e discernimento, condições de escolhas, não meras imposições verticalizadas, opressivas e estritamente institucionalizadas.

Esses modos tradicionais de cultivos representam um conjunto de seleções, adaptações, técnicas e cosmovisões que proporcionaram a perenidade desses grupos humanos nessa região amazônica. Uma sinergia adaptativa, que para além da diversidade, representa um modelo singular/local, cujas moldes e referências de sustentabilidade carecerem ser conhecidas e analisadas, não como modelos rígidos a serem copiados, mas como elemento da diversidade e distintas realidades e necessidades. Como preconiza a segurança alimentar e nutricional e a agroecologia, se faz necessário compreender as diversas e distintas características dos elementos socioambientais, para então orientar o planejamento e gestão, em ampla observação e diálogo para convergência e otimizar os recursos.

Assim, o SAT-RN e sua cultura da cultura, proporcionam exemplos e reflexões quanto aos modelos de produzir e viver, cujos valores são divergentes do sistema hegemônico predatório e excludente vigente. O SAT-RN é apenas um dos diversos sistemas agrícolas tradicionais brasileiros que necessitam ser reconhecidos e salvaguardados, bem como serem estudados, a fim de proporcionarem exemplos e alternativas, para se construir e efetivar a Ecologia de Saberes, O Bem Viver e Adiar o Fim do Mundo.

O cenário recente da crise quanto aos indígenas da etnia Yanomami, no estado de Roraima, demonstra quanto essas questões de soberania e segurança alimentar e nutricional são fatores essenciais para a sobrevivência. Como apontam Ministério da Saúde (2023) e Funai (2023), devido a ações ilegais de garimpo na região da Reserva Yanomami, milhares de indígenas sofreram casos severos de desnutrição, o que acarretou vários óbitos, cujos números de vítimas ainda precisam ser investigados e computados. Tal acontecimento auxilia a

---

<sup>11</sup> Andragogia: significa educação para adultos.

demonstrar como o bioma amazônico é sensível e o grau de vulnerabilidade das populações indígenas nesses territórios, bem como elas dependem da preservação desse equilíbrio ambiental para garantir sua sobrevivência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ações de reconhecimento de práticas culturais como do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro, são importantes mecanismos jurídicos/normativos complementares para auxiliar na valorização e conservação de práticas que fortaleçam a soberania e segurança alimentar e nutricional. As práticas culturais agroecológicas, principalmente de povos tradicionais, precisam ser valorizadas como forma de preservação da vida humana, das formas de Bem Viver, do sentido lato de respeito às formas e estruturas sociais, com todos os elementos que compõem a cosmovisão desses grupos sociais.

Buscou-se demonstrar com a Cultura da Cultura, para além de um conjunto de práticas culturais agroecológicas, visou-se apresentar caminhos de reconhecimento institucionalizado de tais práticas como patrimônio, sendo este um instrumento que pode auxiliar na valorização, preservação e ampliação da segurança alimentar e nutricional e a agroecologia, principalmente para os povos tradicionais. Pleitear o reconhecimento como patrimônio cultural, seja a nível municipal, estadual, federal e/ou internacional, pode ser um importante instrumento de registro, valorização, preservação e transmissão de práticas agroecológicas, pois a instrumentalização que compõe a salvaguarda do patrimônio cultural, requer estudos e monitoramentos dos bem acautelados, ou seja, amplia a gama de conhecimento científico e instrumentos normativos/jurídicos para promover a agroecologia.

## REFERÊNCIAS

Acosta, A. (2016). *O bem viver: Uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Editora Elefante.

Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro (ACIMRN). (2021). Relatório de Consulta Reavaliação SAT-RN. In: *Parecer de revalidação do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro*.

[https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/publico-ja-pode-opinar-sobre-o-sistema-agricola-tradicional-do-rio-negro/parecer\\_reavaliacao\\_sat\\_rn\\_2021\\_versao\\_final\\_\\_1\\_.pdf/view](https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/publico-ja-pode-opinar-sobre-o-sistema-agricola-tradicional-do-rio-negro/parecer_reavaliacao_sat_rn_2021_versao_final__1_.pdf/view).

- Brayner, N. (2010). Da roça à mesa: Caminhos e sentidos da patrimonialização do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro, AM. In: *Sistemas Agrícolas do Brasil*. Brasília, DF: Embrapa.
- Caldart, R., Pereira, I. B., Aletejano, P., & Frigotto, G. (Orgs). (2012). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular. <http://www.epsjv.fiocruz.br/publicacao/livro/dicionario-da-educacao-do-campo>.
- Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN). (2021). Relatório de Consulta Reavaliação SAT-RN. In: *Parecer de revalidação do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro*. [https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/publico-ja-pode-opinar-sobre-o-sistema-agricola-tradicional-do-rio-negro/parecer\\_reavaliacao\\_sat\\_rn\\_2021\\_versao\\_final\\_\\_1\\_.pdf/view](https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/publico-ja-pode-opinar-sobre-o-sistema-agricola-tradicional-do-rio-negro/parecer_reavaliacao_sat_rn_2021_versao_final__1_.pdf/view).
- Fundação Nacional dos Povos Indígenas. (2023). Conheça as medidas de socorro aos Yanomami já anunciadas pelo Governo Federal. <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/conheca-as-medidas-de-socorro-aos-yanomami-ja-anunciadas-pelo-governo-federal>. 2023.
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). (2010). *Dossiê de Registro do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro*. [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie\\_de\\_registro-O\\_Sistema\\_Agricola\\_Tradicional\\_do\\_Rio\\_Negro.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_de_registro-O_Sistema_Agricola_Tradicional_do_Rio_Negro.pdf).
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). (2021). *Parecer de revalidação do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro*. [https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/publico-ja-pode-opinar-sobre-o-sistema-agricola-tradicional-do-rio-negro/parecer\\_reavaliacao\\_sat\\_rn\\_2021\\_versao\\_final\\_\\_1\\_.pdf/view](https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/publico-ja-pode-opinar-sobre-o-sistema-agricola-tradicional-do-rio-negro/parecer_reavaliacao_sat_rn_2021_versao_final__1_.pdf/view).
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). (2019). *Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro*. Brasília, DF: IPHAN.
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). (S/D). *Patrimônio Cultural Imaterial*. <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>.
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). (2000). *Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000*. [http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto\\_n\\_3.551\\_de\\_04\\_de\\_agosto\\_de\\_2000.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_n_3.551_de_04_de_agosto_de_2000.pdf).
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). (2012). *Constituição Federal/ Art. 216*.

[http://portal.iphan.gov](http://portal.iphan.gov.br)

v.br/uploads/legislacao/constituicao\_federal\_art\_216.pdf.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). (2022). *Manual de elaboração de Planos de Salvaguarda*.

[http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/manual\\_planos\\_de\\_salvaguarda.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/manual_planos_de_salvaguarda.pdf).

Instituto Socioambiental (ISA). (2021). Relatório de Consulta Reavaliação SAT/RN. IPHAN. In: *Parecer de revalidação do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro*.

[https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/publico-ja-pode-opinar-sobre-o-sistema-agricola-tradicional-do-rio-negro/parecer\\_reavaliacao\\_sat\\_rn\\_2021\\_versao\\_final\\_\\_1\\_.pdf/view](https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/publico-ja-pode-opinar-sobre-o-sistema-agricola-tradicional-do-rio-negro/parecer_reavaliacao_sat_rn_2021_versao_final__1_.pdf/view).

Krenak, A. (2020). *Ideias para adiar o Fim do Mundo*. São Paulo: Companhia das Letras.

Lima, M. (1979). *Antropologia ou Entropologia?*. Lisboa: Edições IN- CM.

Ministério da Saúde. (2023). *Missão Yanomami*. <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/janeiro/relatorio-sobre-crise-humanitaria-yanomami-vai-subsidiar-recuperacao-da-saude-no-territorio-diz-secretario>. 2023.

Populações Tradicionais, Agrobiodiversidade e Conhecimentos Tradicionais na Amazônia (PACTA). (2021). Relatório de Consulta Reavaliação SAT-RN. IPHAN. In: *Parecer de revalidação do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro*.

[https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/publico-ja-pode-opinar-sobre-o-sistema-agricola-tradicional-do-rio-negro/parecer\\_reavaliacao\\_sat\\_rn\\_2021\\_versao\\_final\\_\\_1\\_.pdf/view](https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/publico-ja-pode-opinar-sobre-o-sistema-agricola-tradicional-do-rio-negro/parecer_reavaliacao_sat_rn_2021_versao_final__1_.pdf/view).

Santos, B. de S. (2009). Para além do pensamento abissal: Das linhas globais e uma ecologia dos saberes. In: B. de S. Santos. *Epistemologias do Sul* (Cap. 1. p.23-72). Coimbra: Almedina.

Velthem, L., & Emperaire. L. (2016). *Manivas, Aturás e Beijus: O Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro*. Santa Isabel do Rio Negro: ACIMRN.

Wai'keen, C. N. (2016). *Apresentação*. In: *Manivas aturás beijus: O Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro* (p. 6-7). Santa Isabel do Rio Negro: ACIMRN.